

A Reforma do Parlamento Português em 2007: Consequências Políticas e Parlamentares

António Filipe Gaião Rodrigues*

Resumo

As várias reformas do Parlamento e particularmente do seu Regimento marcaram a evolução do sistema político português desde a reinstauração da Democracia. Quais as questões com que se depara a instituição parlamentar no sentido de uma maior eficácia do princípio da representatividade dos partidos e da atividade legislativa?

Palavras-chave: Parlamento, Regimento, Assembleia da República, partidos políticos

Abstract

The various reforms of Parliament's Rules of Procedure and particularly marked the evolution of the Portuguese political system since the restoration of democracy. What are the issues facing the parliamentary institution towards greater effectiveness of the principle of representation of parties and legislative activity?

Keywords: Parliament, Regiment, Assembly of the Republic, political parties

* Deputado à Assembleia da República



Em 15 de setembro de 2007, no início da 3ª sessão legislativa da X Legislatura, entrou em vigor a mais recente reforma do Regimento da Assembleia da República Portuguesa. Concluída essa Legislatura, tendo passado duas sessões legislativas completas sobre essa data, é tempo de fazer um balanço sobre o que realmente mudou no parlamento português. Para isso, procedemos a um levantamento das alterações politicamente mais relevantes que foram introduzidas no Regimento e à comparação das agendas parlamentares dos dois últimos anos anteriores à Reforma e dos dois primeiros anos posteriores, de modo a avaliar o seu real impacto¹. Por razões de tempo e espaço, limitaremos esta análise às implicações das alterações regimentais nos trabalhos em plenário.

A reforma parlamentar de 2007 teve como ponto de partida um acordo obtido em 7 de janeiro do mesmo ano entre o Presidente da Assembleia da República e os presidentes dos grupos parlamentares quanto ao calendário da reforma a empreender.

No início de maio de 2007 foram apresentadas as propostas dos diversos partidos. O Partido Socialista (PS), detentor da maioria absoluta, apresentou um extenso relatório, da autoria do Deputado António José Seguro, contendo as linhas essenciais das alterações que se propunha introduzir no funcionamento da Assembleia da República e um vasto conjunto de recomendações em que essas linhas se deveriam traduzir.

Os princípios orientadores dessa reforma apontavam para (a) um Parlamento mais autónomo, sendo essa autonomia tanto maior quanto maior fosse a autonomia individual dos deputados; (b) um Parlamento mais eficaz, com uma organização e um funcionamento mais abertos, modernos, ágeis, dinâmicos, profissionais e eficientes; (c) um Parlamento que presta contas e está próximo dos cidadãos; (d) um Parlamento mais ativo na construção europeia e no Mundo; (e) um Parlamento mais transparente.

Nos dias imediatos foram apresentados projetos de alteração ao Regimento por parte do PS, do Partido Comunista Português (PCP), do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV). As propostas

1. Por razões de comparabilidade, serão analisados os dois últimos anos anteriores à reforma e não as duas sessões legislativas anteriores, na medida em que, devido à realização de eleições antecipadas, a 1ª sessão legislativa da X Legislatura teve uma duração excecionalmente longa.

- 62 apresentadas foram debatidas exaustivamente por um grupo de trabalho integrando todos os grupos parlamentares e os textos de substituição resultantes foram votados em 19 de julho de 2007². O novo texto do Regimento foi aprovado apenas com os votos contra do Partido Social Democrata (PSD), por discordar do modelo aprovado para os debates com o Primeiro-Ministro. Teve os votos favoráveis dos demais partidos.

1. As Reformas Anteriores

Ao longo dos seus 32 anos de existência, a Assembleia da República passou por diversas e significativas mutações no seu funcionamento, em todos os aspetos, mas muito particularmente quanto às formas e possibilidades de intervenção dos vários agentes parlamentares, tendo passado por cinco revisões profundas do Regimento (em 1985, 1988, 1991, 1993 e 2003), para além de outras alterações de menor significado³.

A partir de 1987, com a maioria absoluta do PSD que se mantinha por oito anos, o Parlamento português iniciou uma fase decisiva de «racionalização», traduzida em sucessivas alterações regimentais determinadas pela maioria, tendo como objetivo, numa primeira fase, coincidente com alterações regimentais introduzidas entre 1988 e 1991, facilitar os processos de decisão, reduzindo de forma muito considerável os tempos de debate e as possibilidades de intervenção das oposições, e numa segunda fase, a da reforma do Parlamento de 1993, alterar alguns procedimentos parlamentares, procurando responder a algumas críticas frequentemente formuladas quanto aos métodos de trabalho da Assembleia da República.

Em termos gerais, as reformas de 1988 e de 1991 representaram um claro reforço do poder da maioria, com a redução dos tempos de

-
2. Para uma visão completa dos trabalhos preparatórios da reforma do Regimento da Assembleia da República ver Projetos de Resolução de Alterações ao Regimento da Assembleia da República n.º 202/X (BE), 203/X (CDS-PP), 203/X (PS), 204/X (PCP) e 206/X (PEV) e respetivo debate e votação no DAR, I Série, n.º 108, de 20 de julho de 2007, pp. 23-38 e 70, disponíveis em <http://www.parlamento.pt>.
 3. Sobre as reformas do Parlamento no regime democrático português, veja-se Antunes (1988), Amaral (1993), Sá (1994), Leston-Bandeira (1996), Leston-Bandeira (1998), Leston-Bandeira (2002), Freire, Araújo, Leston-Bandeira, Lobo & Magalhães (2002) e Filipe (2002).

debate em plenário, com o reforço do controlo da maioria sobre a agenda parlamentar e com a redução dos direitos das oposições.

A «reforma do Parlamento» ocorrida em 1993, apesar de ter decorrido sob idênticas condições políticas, introduziu algumas alterações significativas, sem modificar os aspetos políticos fundamentais da relação maioria-oposição nos trabalhos parlamentares. Confrontado o Parlamento no seu conjunto com críticas generalizadas ao seu funcionamento, a própria maioria assumiu a necessidade de introduzir algumas modificações regimentais com vista a dignificar o debate político na Assembleia da República e a melhorar a imagem muito debilitada do Parlamento aos olhos dos cidadãos, correspondendo em alguns casos a reivindicações das oposições quanto à dignificação de alguns espaços de debate político.

Foi assim que, nomeadamente, foram criados os «dias de contacto com os eleitores», todas as segundas-feiras; foram consagradas ou regulamentadas novas figuras de debate parlamentar, como o debate anual sobre o «estado da nação», o debate mensal sobre assuntos de atualidade e os debates de urgência; foi aberta a possibilidade do Governo, por sua iniciativa, intervir no período de antes da ordem do dia; foi reformulado o regime das perguntas ao Governo, permitindo que todos os grupos parlamentares pudessem intervir em relação a cada pergunta; foi determinada a publicação no *Diário da Assembleia da República* da lista dos requerimentos ao Governo não respondidos ao fim de três meses.

Na VIII Legislatura, iniciada em 1999, em circunstâncias políticas diferentes, caracterizadas por uma maioria relativa do PS, foi aberto um novo processo de reforma do Regimento no qual as reivindicações expressas pelas oposições se centravam na valorização dos poderes de fiscalização da Assembleia da República. Foi nessa altura que surgiram propostas de consagração de novas figuras regimentais, como as sessões de perguntas ao Primeiro-Ministro, os debates de urgência como direitos potestativos das oposições, a reformulação da figura desacreditada das perguntas ao Governo, acabando com a inscrição prévia das perguntas e com a possibilidade de escolha destas por parte do Executivo. Esse processo foi, porém, interrompido pela dissolução da Assembleia da República em 2002, mas foi retomado na IX Legislatura, de maioria absoluta da coligação PSD/CDS-PP, dando lugar, em moldes

64 um tanto diferentes, em resultado das circunstâncias políticas terem mudado, à Revisão do regimento efetuada em 2003.

A partir de janeiro de 2003, os grupos parlamentares passaram a ter o direito de proferir uma declaração política semanal, quando a periodicidade anterior era quinzenal, embora a respetiva duração tenha passado de dez para oito minutos; foi estabelecido o direito dos grupos parlamentares a impor a realização de debates de urgência; foi consagrado o direito do Governo a proferir declarações políticas, dando conhecimento prévio do tema aos grupos parlamentares e abrindo um espaço de debate de duração não superior a 30 minutos; foi criada a sessão de perguntas ao Governo de âmbito sectorial, dirigida a um departamento governamental e contando com a presença do ministro responsável e da respetiva equipa governamental, alternando com o modelo tradicional de perguntas ao Governo; foi introduzido o debate mensal com o Primeiro-Ministro, aberto por este, com uma intervenção de doze minutos, seguida por três rondas de perguntas de resposta imediata. Na primeira ronda intervinham todos os grupos parlamentares, na segunda os quatro maiores e na terceira apenas os dois maiores.

2. A Reforma de 2007

De entre um significativo conjunto de alterações introduzidas no Regimento da Assembleia da República em 2007, salientamos, como politicamente mais relevantes, as seguintes:

- a) a passagem a quinzenal do debate com o Primeiro-Ministro e a mudança do respetivo formato, que passou a revestir, alternadamente, duas modalidades. Na primeira, o debate é aberto por uma intervenção inicial do Primeiro-Ministro, por um período não superior a dez minutos, a que se segue a fase de perguntas dos Deputados, desenvolvida numa única volta. Na segunda, o debate inicia-se com as perguntas dos Deputados, e as perguntas são ordenadas de forma a introduzir rotatividade entre os grupos parlamentares na abertura do debate. Assim, a pergunta de abertura é feita rotativamente de acordo com a representatividade dos partidos. Esta regra determinou o voto contra do PSD, que se sentiu privado do que entendia ser uma prerrogativa sua enquanto maior partido da oposição. O tempo disponível

para os grupos parlamentares é proporcional à sua representatividade. O tempo de resposta é igual ao tempo disponível para a pergunta e a cada pergunta segue-se obrigatoriamente a respetiva resposta;

- b) foi estabelecida a obrigatoriedade de cada ministro comparecer no Plenário pelo menos uma vez em cada sessão legislativa, sendo a marcação feita pelo Presidente da Assembleia da República com um mês de antecedência. O debate tem duas horas de duração. As perguntas e respostas são de 2 minutos, havendo mais um minuto para eventual réplica. Este modelo visou substituir o modelo tradicional de perguntas ao Governo que se encontrava manifestamente desacreditado e era um fator de desprestígio para o Parlamento. Os grupos parlamentares indicavam com uma semana de antecedência o tema das perguntas que pretendiam formular em número superior ao das perguntas que seriam respondidas, tendo o Governo a faculdade de escolher as perguntas a que preferia responder;
- c) procedeu-se a uma redução geral dos tempos de debate. Foi reduzido o tempo atribuído em geral à discussão de iniciativas. As declarações políticas passaram de oito para seis minutos. As figuras regimentais que dispunham de três minutos (como os pedidos de esclarecimento e respetivas respostas, as defesas da honra ou os protestos) passaram a dispor apenas de dois minutos;
- d) as declarações políticas mantiveram a periodicidade semanal. Porém, relativamente a cada declaração política, todos os grupos parlamentares têm a faculdade de pedir esclarecimentos por um período de dois minutos, tendo o orador a faculdade de responder por igual período. Esta faculdade criou espaços de debate generalizado após cada declaração política. Foi eliminada a figura das intervenções de interesse relevante antes da ordem do dia. Aliás, deixou de haver distinção entre o período de antes da ordem do dia e a ordem do dia, tendo sido integradas as declarações políticas na ordem do dia;
- e) foi introduzida a figura regimental do «debate de atualidade», a realizar quinzenalmente a seguir às declarações políticas. Os debates de atualidade resultam de marcações potestativas dos grupos parlamentares. A decisão de marcar um debate de

atualidade pode ser tomada no próprio dia até às 11 horas, caso a reunião se inicie às 15 horas, ou até às 18 horas da véspera, se a reunião do dia seguinte se iniciar às 10 horas. O autor da marcação tem o direito de usar da palavra de início, por cinco minutos. Segue-se um debate em que cada grupo parlamentar dispõe de cinco minutos e o Governo de seis. O número de debates que cada grupo parlamentar pode promover é proporcional à sua representatividade;

- f) o Plenário pode realizar debates temáticos por decisão da Conferência de líderes, sob proposta do Presidente da Assembleia, das comissões, dos grupos parlamentares ou do Governo. A data deve ser fixada com 15 dias de antecedência e o proponente deve entregar um documento que enquadre o debate. O Governo tem a faculdade de participar. Esta figura regimental substituiu os debates sobre assuntos de atualidade, de relevância nacional ou internacional que deveriam ter lugar mensalmente com temas e em datas a fixar pelo Presidente da Assembleia ouvida a conferência de líderes;
- g) os debates de urgência mantiveram-se, podendo ser requeridos pelos grupos parlamentares ou pelo Governo. A Conferência aprova a realização de debates de urgência na sua primeira reunião após a apresentação da proposta e marca o debate para essa mesma semana. O proponente tem a faculdade de encerrar o debate. Caso a conferência de líderes não aprove a realização de um debate de urgência que tenha sido proposto, os grupos parlamentares dispõem do direito potestativo de o agendar. O número de debates de urgência potestativos depende da representatividade dos grupos parlamentares;
- h) o direito à marcação da ordem do dia por parte dos grupos parlamentares, de acordo com a respetiva representatividade que se destinava unicamente à discussão de iniciativas legislativas, passou a poder ser utilizado também para a realização de debates políticos;
- i) as regras aplicáveis ao processo legislativo normal tiveram as seguintes alterações:
 - 1. logo após a entrega de um projeto de lei, os autores têm o direito de o apresentar oralmente na Comissão competente e de responder a pedidos de esclarecimento;

2. os serviços da Assembleia da República elaboram uma nota técnica sobre o projeto no prazo de 15 dias;
3. a Comissão indica um Deputado para a elaboração de um parecer, que deve ser emitido no prazo de 30 dias a contar da admissão do projeto e que inclui considerandos, opinião do autor, conclusões e anexos. Só os considerandos e as conclusões são objeto de votação, sendo facultativa a inclusão da opinião do relator;
4. os projetos, acompanhados do respetivo parecer, são enviados ao Presidente da Assembleia para agendamento na generalidade no prazo regimental de 18 reuniões plenárias;
5. os projetos não são enviados para agendamento, se o autor comunicar por escrito ao Presidente, até à aprovação do parecer, que não pretende ver a iniciativa debatida nos prazos fixados pelo Regimento;
6. os projetos sobre matérias idênticas são agendados em conjunto se tiverem sido entregues até 10 dias antes do agendamento e nenhum projeto pode ser discutido sem ter sido publicado no Diário da Assembleia da República cinco dias antes;
7. estes prazos regimentais podem não ser observados, se houver consenso na conferência de líderes (e, adiante-se, na prática nunca o são);
8. os tempos normais de discussão de iniciativas legislativas em Plenário são de quatro minutos para os autores e três minutos para os restantes grupos parlamentares, podendo a Conferência de líderes fixar tempos mais alargados de debate.

3. O Que Mudou Realmente

Expostas as principais inovações constantes da reforma parlamentar de 2007 e omitidas muitas outras de menor relevância política, importa verificar em que medida esta reforma parlamentar se traduziu em reais mudanças no funcionamento do parlamento português, tendo como referência os trabalhos em plenário. O quadro anexo fornece alguns elementos de apreciação:

- a) o regime de debates com o Primeiro-Ministro foi a inovação mais relevante e com maior impacto na imagem pública do

Parlamento. O número de debates com o Primeiro-Ministro aumentou consideravelmente, sem contar com outros debates que implicaram a sua participação, como as moções de censura ou os debates sobre os Orçamentos do Estado. O Primeiro-Ministro não só compareceu mais vezes na Assembleia da República, como teve de se submeter a um confronto direto com os líderes dos partidos da oposição, sem ter sempre o privilégio de definir a agenda dos debates. Esta fórmula obrigou o Primeiro-Ministro a uma exposição acrescida perante o debate parlamentar, mas foi também particularmente exigente para os líderes dos partidos da oposição;

- b) a obrigatoriedade de comparência anual dos ministros no plenário da Assembleia da República para um debate sobre as suas áreas de responsabilidade governativa, não foi cumprida. Apenas se realizaram nove debates com ministros no plenário da Assembleia da República nos dois primeiros anos, quando era suposto que se tivessem realizado pelo menos 32. A presença de membros do Governo deu-se em regra por via da discussão de iniciativas legislativas do Governo ou por iniciativa dos grupos parlamentares da oposição (debates de urgência ou interpelações ao Governo);
- c) o número de declarações políticas reduziu-se sensivelmente, o que pode ser devido à introdução dos debates de atualidade que, quando ocorrem, lhes retiram algum impacto público. Porém, o facto de cada declaração política poder ser seguida de perguntas e respostas de todos os grupos parlamentares, não só fez aumentar o tempo reservado às declarações políticas, como as transformou, com vantagem, em verdadeiros debates de atualidade;
- d) a nova figura dos debates de atualidade foi usada por 19 vezes em dois anos, ou seja, menos do que poderia ter sido. O regimento prevê que os debates de atualidade possam ser quinzenais e a soma dos direitos potestativos a promover debates de atualidade permitiria realizar 17 por ano. Porém, em regra, os maiores partidos não esgotam os seus direitos potestativos. Por outro lado, a maior flexibilidade das declarações políticas substitui por vezes os debates de atualidade. Em todo o caso, esta nova figura demonstrou algumas virtualidades;

- e) já a nova figura dos debates temáticos não foi de molde a encorajar a sua realização. Na prática, os debates de relevante interesse nacional (oito entre 2005 e 2007) deram lugar apenas e três debates temáticos entre 2007 e 2009. Terá concorrido para esta desmotivação, o facto de existirem outras possibilidades para suscitar debates políticos em plenário e o peso formal de que se revestem os debates temáticos, devido designadamente à exigência da apresentação de documentos de enquadramento;
- f) os debates de urgência conheceram uma ligeira redução. O seu número não variou muito com as alterações regimentais e os maiores partidos continuaram a não esgotar os seus direitos potestativos. Em regra, os prazos previstos no Regimento para a convocação dos debates de urgência não são cumpridos, dadas as dificuldades de agenda parlamentar, o que faz com que os debates de urgência, na prática, não possam ser urgentes. Apesar disso não caíram em desuso, na medida em que conferem aos proponentes a vantagem de encerrar o debate, sendo a única figura regimental de debate em que isso acontece;
- g) o processo legislativo normal não foi tão alterado como seria de esperar em face das alterações regimentais. Assim,
 - 1. a apresentação das iniciativas legislativas em comissão não tem sido a regra seguida nas comissões parlamentares, mas a exceção;
 - 2. os serviços da Assembleia da República têm elaborado atempadamente as notas técnicas relativas às iniciativas legislativas e os pareceres têm cumprido, em regra, os prazos estabelecidos;
 - 3. na sua maioria, os relatores abstém-se de fazer constar a sua opinião nos pareceres que elaboram, preferindo remeter as opiniões para o debate das próprias iniciativas, em vez de o antecipar a propósito da discussão do parecer. Na maioria dos casos, os pareceres são meramente descritivos;
 - 4. os prazos regimentais para o agendamento das iniciativas não têm sido respeitados, havendo uma incompatibilidade manifesta entre os formalismos estabelecidos no Regimento e o fluir dos acontecimentos políticos que leva a conferência de líderes a gerir a agenda parlamentar de uma forma completamente diferente. As necessidades de agendamento do

Governo no que respeita às suas iniciativas, o exercício dos direitos potestativos dos grupos parlamentares, e a imprevisibilidade dos acontecimentos políticos, fazem com que a definição da agenda parlamentar pela conferência de líderes, não se compadeça com a tramitação do processo legislativo tal como está definido no Regimento. Assim, muitas iniciativas legislativas têm sido agendadas para plenário sem que decorram os prazos para a sua apreciação em comissão, não havendo em alguns casos tempo sequer para a elaboração dos respetivos pareceres e notas técnicas; os prazos mínimos entre a apresentação de iniciativas e o seu agendamento para plenário têm sido preteridos por consenso da conferência de líderes. Tudo isto faz com que o Regimento seja meramente supletivo relativamente às decisões acordadas em conferência de líderes, cuja prática pouco se alterou com a reforma do Parlamento.

A observação das agendas das reuniões plenárias permite concluir, em síntese, que em matéria de iniciativas legislativas a prática anterior à reforma do Parlamento pouco se alterou. A discussão de propostas de lei continuou a ser determinada pelas necessidades do Governo. O número de iniciativas debatidas aumentou sensivelmente, devido desde logo à redução generalizada dos tempos para debate, que permitiu fazer mais agendamentos, à forte concorrência entre os partidos da oposição, que levou a agendamentos conjuntos de muitas iniciativas, e ainda à fase final de Legislatura, marcada normalmente por um maior ritmo de agendamento de iniciativas. Foi também significativo o esforço para aumentar a celeridade na apreciação das petições apresentadas pelos cidadãos. No seu conjunto, o número de iniciativas debatidas aumentou significativamente.

As principais mudanças verificadas nos trabalhos parlamentares em plenário relacionam-se com as condições do debate político e devem-se fundamentalmente a três figuras regimentais: a maior frequência e a nova fórmula dos debates com o Primeiro-Ministro, os debates de atualidade, e o formato mais atrativo das declarações políticas. Quanto ao debate de iniciativas, pouco se alterou de substancial: o escasso tempo de debate reservado a cada iniciativa (por vezes exageradamente escasso,

tendo em conta a importância de algumas delas) tem sido de algum modo compensado pelo aumento do número de iniciativas agendadas.

Como síntese final, dois aspetos merecem ser salientados quanto aos efeitos da reforma parlamentar de 2007. Em primeiro lugar, essa reforma ficou muito aquém das expectativas de quem pensava que seria possível por via regulamentar alterar hábitos de funcionamento parlamentar fortemente marcados por práticas consolidadas que fazem do regimento parlamentar um instrumento supletivo, sendo o consenso da conferência de líderes o principal guia da atividade parlamentar. Em regra, o fluir e a imprevisibilidade da vida política não se compadecem com a rigidez das normas regimentais. Em segundo lugar, a reforma de 2007 aumentou a vivacidade dos debates parlamentares e reforçou a centralidade do parlamento no debate político, sobretudo através da maior exposição parlamentar do Primeiro-Ministro e dos líderes da oposição, mas também através da criação de novas figuras de debate plural e contraditório. Talvez tenha sido esta a maior novidade da reforma parlamentar de 2007.

Trabalhos em Plenário da Assembleia da República

	setembro de 2005 a julho de 2007	setembro de 2007 a julho de 2009
Debate de Projetos de Lei	205	237
Debate de Propostas de Lei	112	119
Apreciação de Decretos-Leis	26	32
Declarações Políticas	301	267
Outras Intervenções Antes da Ordem do Dia	37	-
Debates de Atualidade	-	19
Debates de Urgência	14	10
Debates de Relevante Interesse Nacional	8	-
Debates Temáticos	-	3
Debate de Petições	41	108
Debates com o Primeiro-Ministro	17	27

	setembro de 2005 a julho de 2007	setembro de 2007 a julho de 2009
Debate de Propostas de Referendo	3	4
Debate de Inquéritos Parlamentares	2	5
Interpelações ao Governo	15	16
Sessões de Perguntas ao Governo	5	-
Debates com Ministros	9	9
Debates da Iniciativa de Grupos Parlamentares	-	3
Moções de Censura	-	4

Bibliografia

- Amaral, F. (1993). *A Reforma do Parlamento – Reflexões – Documentos – Reflexos*. Lisboa: Assembleia da República.
- Antunes, M.L. (1988). "A Assembleia da República e a Consolidação da Democracia em Portugal". *Análise Social*, vol. XXIV, nº 100, pp. 77-95.
- Filipe, A. (2002). *As Oposições Parlamentares em Portugal – Práticas e Intervenções (1976-2000)*. Lisboa, Vega.
- Freire, A.; Araújo, A.; Leston-Bandeira, C.; Lobo, M.C.; Magalhães, P. (2002). *O Parlamento Português: Uma Reforma Necessária*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Assembleia da República, Instituto Amaro da Costa.
- Leston-Bandeira, C. (1996). "O Impacto das Maiorias Absolutas na Atividade e na Imagem do Parlamento Português". *Análise Social*, vol. XXXI, nº 135, pp. 151-181.
- Leston-Bandeira, C. (1998). "Relationship Between Parliament and Government in Portugal: An Expression of the Maturation of the Political System". In: P. Norton (ed.), *Parliaments and Governments in Western Europe*. London, Portland: Frank Cass Publishers, pp. 142-166.
- Leston-Bandeira, C. (2002). *Da Legislação à Legitimação: O Papel do Parlamento Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sá, L. (1994). *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*. Lisboa: Editorial Caminho.